

MULHERES CONTRA A DITADURA  
— MUD JUVENIL 1946-1957

CECÍLIA HONÓRIO

MULHERES CONTRA  
A DITADURA  
— MUD JUVENIL 1946-1957



BERTRAND EDITORA

Lisboa 2014

## INTRODUÇÃO

A primeira «elite» de mulheres que lutou contra a ditadura no pós-guerra nasceu no Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ, 1946-1957), escola de formação de quadros políticos, intelectuais, ativistas, do tempo da ditadura e da democracia.

Álvaro Cunhal o desenhou, Mário Soares e outros o fizeram dar passos decisivos. Se os nomes deles estão justamente inscritos — de Mário Soares a Francisco Salgado Zenha, de Octávio Pato, José Dias Coelho, Pedro Ramos de Almeida, Ângelo Veloso, Alberto Vilaça, Carlos Aboim Inglez, António Borges Coelho, Carlos Costa, José Manuel Tengarrinha, Carlos Brito, entre tantos outros —, os delas, tirando as exceções, estão mergulhados na sombra.

Filhas de burgueses — juízes, conservadores, médicos, advogados, militares ou empresários —, filhas de oposicionistas, republicanos sobretudo, à procura de respostas políticas novas, diferentes das de seus pais. O pós-guerra deu sinais de mudança na relação entre rapazes e raparigas, e elas foram a primeira geração a participar na luta política em pé de (relativa) igualdade. Escolarizadas, muitas universitárias, elas mobilizaram operárias e trabalhadoras rurais para o MUDJ, com a sua capacidade de liderança e de organização.

Este trabalho destina-se a dar visibilidade às raparigas do MUDJ, que arriscaram, estiveram presas, leram livros proibidos, recrutaram, discursaram, militaram nas campanhas, discutiram animadamente nos cafés e desafiaram até a moral e os bons costumes do tempo, com a sociabilidade mista, que juntava raparigas e rapazes nos passeios ao campo, nos piqueniques, ou cantando Lopes Graça. Procura retirá-las da dupla sombra — dos percursos desconhecidos e do débil papel político atribuído às mulheres neste período.

O MUDJ deu-lhes luz própria, tantas vezes consumida, depois, na penumbra da clandestinidade, da domesticidade do casamento,

do exílio, de vidas profissionais travadas pela repressão. Entre elas formaram-se quadros decisivos na luta contra a ditadura, e muitas continuaram a resistir-lhe de diferentes formas.

Desta «elite», da qual saíram académicas e profissionais de renome e candidatas à Assembleia Constituinte de 1975, só duas, e algarvias, foram deputadas: Maria de Jesus Barroso e Maria Margarida Tengarrinha. Cinco foram candidatas à Assembleia Constituinte, em 1975. Há quem tenha chegado à vereação do poder local com o 25 de Abril. E há, de entre elas, nomes maiores nos quadros intelectuais da democracia, como Sacuntala de Miranda e Miriam Halpern, entre outras.

Elitista e sexista, a PIDE foi mais «tolerante» com as mulheres do que com os homens, mais «tolerante» com as burguesas do que com as operárias e menos «tolerante» com as companheiras de quadros do PCP do que com as outras. Mas a «tolerância» não teve menores custos: a vigilância permanente, a invasão da vida privada (das casas ou das relações, das fotografias ou da correspondência, até às denúncias anónimas de amantes) e a dificuldade em encontrar emprego acompanharam-nas ao longo da vida até ao 25 de Abril, e dão o retrato dessa outra violência menos visível e tão poderosa.

O apelo à participação política das raparigas foi constitutivo do MUDJ. É certo que houve grupos organizados de mulheres a expressarem-se contra o regime durante o Estado Novo, do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (encerrado em 1947) à Associação Feminina para a Paz (1935-1952), à Comissão de Mulheres do MUD, passando pela componente feminina do Movimento Nacional Democrático. Num quadro apontado como de recuo do feminismo e de liquidação da intervenção específica e autónoma das mulheres, testa-se o seu papel num contexto misto e de jovens, tenta-se compreender se o MUDJ acrescentou protagonismo e visibilidade às mulheres, e em que condições.

O MUDJ reproduziu-se seguindo algumas fórmulas: o recrutamento em cadeia e o recrutamento orientado de raparigas. Com efeito, os contactos eram feitos pelo PCP junto de jovens universitários ou localmente influentes; os protagonistas escolhidos replicavam contactos procurando atingir as camadas populares, sobretudo operários. Os protagonistas podiam ser mulheres, como Maria Fernanda

Silva, em Beja, ou Maria das Dores Medeiros, no Algarve, que lideraram o MUDJ a sul. E estatuiu-se a «quota» de uma rapariga na liderança de todas as camadas de direção (nacional, distrital, concelhia, de sector). *Eles* até podiam achar que uma ou outra não eram a melhor escolha, mas a «quota» fixou-as. Ao mesmo tempo, a cumplicidade intergeracional fixou experiências e solidariedades — a entrada de raparigas esteve ligada ao «amadrinamento» de Maria Lamas, Isabel Aboim Inglez, Maria Machado, entre outras.

A constituição do MUDJ foi a resposta com que o PCP energizou a organização de jovens, constituindo-se como o seu principal instrumento de recrutamento e de alargamento. O MUDJ sobreviveu ao «contra-ataque» do regime, e a luta pela legalidade impulsionou-o ainda durante a década de 50. Na ressaca da candidatura de Norton de Matos e na satelização a leste, o MUDJ insistirá na tentativa alargada de recrutamento, dando aliás sinais mais fortes de captação de raparigas.

Os onze anos de vida do MUDJ caminham ao lado de fases decisivas da história do PCP — entre o IV Congresso, no verão de 1946, e o V Congresso, de setembro de 1957. Hoje, há mulheres que falam do seu compromisso com o PCP, e outras que lhe atribuem o fracasso do Movimento e das suas próprias vidas. Mas resiste-se a anacronismos e antinomias pouco úteis — o PCP era o único partido organizado ao tempo e um foco de sedução para os e as jovens, e à sua volta desenvolveu-se uma constelação de simpatias e apoios no pós-guerra. O MUDJ foi um movimento com notável expressão e longevidade no quadro da ditadura, foi controlado pelo PCP, os termos não se excluem.

Nascido no esteio do otimismo do pós-guerra, desenhado no triplo argumentário da *legalidade*, *unidade* e *confraternização*, o MUDJ serviu de contraponto à crise do MUD adulto, e multiplicou adesões e simpatias na diversidade dos modelos de sociabilidade — com o convívio entre rapazes e raparigas, a projecção da poesia e de poetas, proibidos ou anónimos, o cinema, os livros proibidos, os piqueniques, os bailes, passando pelas canções de Lopes Graça. Nesta resposta de contracultura se define uma teia de relações e uma rede política, constituída por amigos, casais, irmãos. O sangue e os afetos desenharam parte da consistência e longevidade do Movimento.

Os próprios atribuem-lhe vinte mil elementos nos primórdios, a Legião dez mil; no encontro de Bela Mandil estariam mil jovens. Perto do fim, são identificados dois a três mil ativistas a nível nacional. Estes números valem o que valem, inflacionados pelos olhos do repressor e dos ativistas, mas com um partido na clandestinidade e uma população universitária que, em 1956, rondava os dez mil em Lisboa e os dezoito mil no país, não devem ser menosprezados.

À durabilidade do MUDJ também não será estranho o pudor do regime na repressão dos filhos e filhas da burguesia. Mas para o abater, com o megaprocessamento policial e judicial do Porto, ganhará na obsessão cirúrgica de o ligar ao PCP. Então, e já no estertor, o MUDJ ainda se comprometeu com o movimento de estudantes, em torno do Decreto-Lei 40 900. E deixou rasto para as lutas da década de 60: a *confraternização*, que lhe foi constitutiva, converteu-se no *convívio*, que orientou as associações académicas.

Elas eram jovens mulheres entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria; escolarizadas na sua maioria, constituíam seguramente uma minoria no país onde a ditadura permanecia incólume. Nascidas sensivelmente entre 1925-1935, adolescentes ou jovens adultas quando a guerra acabou, releva-se o seu ativismo no quadro de um movimento maioritariamente masculino.

Este livro é feito sobre as representações e os sentimentos destas mulheres, retidos em entrevista, e sobre as narrativas construídas pelo opressor — as dos processos da PIDE. O que as motivou? Como foram recrutadas? Qual o peso das referências familiares, dos pais, dos amigos, das amigas, dos namorados? Como viram o seu ativismo no MUDJ e como se relacionaram com o PCP? O que lhes deixou o MUDJ para a vida?

Feito de cruzamentos de referências, de conversas de hoje e de registos do opressor do passado, este trabalho não é exaustivo sobre o papel do MUDJ, nem sobre o de todas as mulheres que nele intervieram, nem sobre o seu papel na democracia. Mas assume a urgência da memória e da homenagem, no reconhecimento, hoje, das vozes que, então, prepararam reuniões, distribuíram propaganda clandestina, afrontaram a PIDE, «deram o melhor da sua juventude na luta pela democracia» (Manuela Macário). Que estas vozes cheguem às e aos jovens que hoje dão o melhor pela democracia.

As palavras de agradecimento vão para Fernando Rosas, pelo apoio e revisão crítica deste trabalho, para João Esteves, pelo primeiro sinal positivo ao sentido desta pesquisa, para Sílvia Camilo e Jorge Costa, pelas conversas e referências preciosas, para Natércia Coimbra e Paulo Tremoceiro, pela generosa disponibilidade, e, sobretudo, para todas as mulheres que se dispuseram a conversar, muitas vezes abrindo a porta de sua casa, pela vontade que partilhámos de não deixar fugir esta memória.

## 1. AS JOVENS DO PÓS-GUERRA E O MUD JUVENIL

O fim da Segunda Guerra Mundial produziu uma vaga de esperança que atingiu a juventude. As jovens partilharam-na, como testemunha Margarida Tengarrinha: «A juventude do meu tempo, traumatizada pela Segunda Guerra Mundial, sentiu a vitória sobre o nazi-fascismo como uma promessa de paz e de futuro radioso e viemos comemorá-la para a rua no dia do armistício, 8 de maio de 1945, dando vivas à Inglaterra, à União Soviética, à França e aos Estados Unidos, aliados nessa vitória. Em Lisboa foi uma festa como nunca se viu outra em tempos de fascismo, as ruas cheias de gritos, palavras de ordem e canções, numa alegria esfuziante até porque a vitória dos Aliados foi um duro golpe no fascismo português.»<sup>1</sup>

As ativistas políticas do pós-guerra foram uma raridade, que pagaram caro, mas entre a confiança numa escolarização que as colocava em pé de igualdade com eles, o esforço de recrutamento de raparigas ensaiado no MUDJ e continuado no Movimento Democrático Nacional, a mensagem do PCP, a convicção e apoio das «madrinhas» como Isabel Aboim Inglez ou Maria Lamas, elas tiveram um espaço e um papel que justificam atenção. A *unidade*, a *legalidade* e a *confraternização* desenharam-lhes um novo espaço político.

Aqui se procuram as linhas de cruzamento entre esta vaga de esperança e a intervenção política das jovens, num quadro reconhecido como de refluxo dos movimentos de mulheres e das suas lutas, quando o regime garantia uma larga oferta de domesticação de género<sup>2</sup>.

E, no refluxo, elas não devem ser olhadas como mulheres de «um homem», quando tantas delas foram namoradas, primeiro, mulheres depois, de funcionários e dirigentes do PCP. Francisco Martins Rodrigues anotou que o próprio PCP orientava a vida privada e estimulava o acasalamento na passagem à clandestinidade<sup>3</sup>. Mas



o MUDJ foi mais um espaço de acasalamento do que de recrutamento através do namoro. E não foi por serem filhas de pais antirregime, republicanos apostados na sua educação, ou por se terem enamorado de comunistas, a quem o partido sugeria acasalamento em tempos difíceis, que a coragem e autonomia destas mulheres valem menos. Tirá-las da sombra, restituir-lhes visibilidade em tempos em que a política era coisa de homens, eis o propósito.

Dois razões pesam neste projeto de desocultação. A primeira atualiza a reflexão sobre as mulheres nas organizações políticas, enquanto organizações masculinas, com os atritos que nem o século nem as ideologias resolveram<sup>4</sup>. A segunda faz justiça às mulheres que entregaram a sua juventude à luta pela democracia. Mulheres que nunca mais deixaram de viver sob os olhos da PIDE e que, presas ou livres, foram alvos da perícia da moral sexual do tempo. Mulheres tantas vezes obrigadas a declarações de fidelização ao regime, com juras de boas esposas e mães, exclusivas cuidadoras do lar e da família. Mulheres que viram as suas cartas, os seus apontamentos, as fotografias da sua família vasculhados pela polícia, que capturou a sua privacidade durante longos anos.

Certo é que a geração de 45 estava consciente de ser uma nova geração e queria romper com a «frustração»<sup>5</sup>. E se parte relevante das mulheres do MUDJ da capital frequentara ou concluíra a faculdade, as mulheres das regiões, a reter-se o caso do Algarve, constituem uma elite local, que frequentara muitas vezes a escola técnica. Por mais que o MUDJ estivesse comprometido na mobilização dos e das jovens trabalhadoras, foi clara a intenção de comandar a cadeia de recrutamento pelas jovens universitárias ou pelas que fossem detentoras de maior carga de prestígio e património cultural.

Muitas delas continuaram, depois do MUDJ, a resistir à ditadura, apoiando candidatos presidenciais, integrando listas da oposição ou participando em iniciativas de apoio a movimentos de resistência nas colónias ou nos países de exílio. Destas protagonistas jovens, só Maria Margarida Tengarrinha e Maria de Jesus Barroso foram deputadas, depois do 25 de Abril. Maria das Dores Medeiros foi candidata à Assembleia Constituinte, pelo PCP, em Faro, tal como Margarida Tengarrinha, em Vila Real (como cabeça de lista), Ivone Dias Lourenço, por Lisboa, Maria Luísa Costa Dias, por Viana do Castelo,

e Maria de Jesus Barroso, como candidata pelo PS, por Santarém. Carolina Tito de Moraes foi cofundadora do Partido Socialista e sua dirigente. Josefa Guerreiro foi a primeira vereadora de Silves, mas poucas foram as ativistas do MUDJ recrutadas para a primeira linha do poder democrático, que conheceram entre os 40-50 anos.

E ainda para elas se reconhece a diversidade na relação com o PCP, marca da pluralidade de formas de adesão de que o MUDJ foi capaz. Há as que naturalizam as simpatias do passado, ou o orgulho de pertença, até ao presente, e as que recusam vínculos no passado e atribuem ao PCP custos demasiado elevados para o MUDJ e para as suas próprias vidas.

Sublinhe-se, neste contexto, que Estaline não pareceu comover do mesmo modo rapazes e raparigas, pelo menos as que se veem mais distantes do PCP: Manuela Macário diz-se precoce crítica de Estaline; Maria Cecília Ferreira Alves e Isaura da Silva gozaram com a comoção dos seus namorados, Pedro Ramos de Almeida e António Borges Coelho, aquando da morte do líder. Sacuntala de Miranda ironizou, ao supor que a admoestação do seu amigo Bruno da Ponte, por conta de um namoro fora do «clã», implicasse a evocação de Estaline, reconhecendo que a sua foto passava sub-repticiamente entre os e as jovens<sup>6</sup>.

Os opositores à ditadura partilharam, no pós-guerra, da mesma expectativa que os seus vizinhos de Espanha: que as potências vencedoras pusessem a democracia à frente da disputa hegemónica<sup>7</sup>. Na vaga de esperança criaram-se movimentos de unidade, comprometidos com a democracia e a legalidade, como armas de arremesso contra o regime. Não escapariam à influência do único partido organizado, o PCP. Vaga de curta duração, esmagada pela ditadura e pela solidão dos países ibéricos face ao jogo das grandes potências.

A expressão política organizada do otimismo do pós-guerra teve lugar no MUD (Movimento de Unidade Democrática) e abanou o país. Os muitos milhares de assinaturas de apoio às suas listas resultaram de um «movimento espontâneo de afirmação política sem qualquer paralelo, quer no passado, quer no futuro da ditadura. Havia uma confiança genuína na mudança, e o medo esvaía-se no entusiasmo de a ver realizar-se»<sup>8</sup>. Em 1945 nascia a oposição «legalizada», a saber, «reconhecida *de facto* que não *de jure*»<sup>9</sup>. Por pouco tempo, o MUD adulto é ilegalizado em 26 de abril de 1947, comunicação

efetuada aos seus membros um ano depois, com a sua direção na prisão na sequência das comemorações de 31 de janeiro de 1948.

O MUD nasceu, beneficiando da confluência de forças e grupos que já constituíra o MUNAF em 1943<sup>10</sup>. Se a ligação do PCP ao MUD ocorreu numa espécie de continuidade, pelo facto de a convocatória ser também subscrita por dirigentes do MUNAF, ou se o PCP foi «surpreendido» pela reunião do Centro Escolar Republicano da Almirante Reis, em 8 de outubro de 1945, e se esforçou para ligar o MUD às «massas populares», também para conseguir colar o MUNAF e as suas estruturas<sup>11</sup>, ou se considerou que «se não podia acabar com o MUD, havia que juntar-se a ele»<sup>12</sup>, a verdade é que vários jovens comunistas, entre eles Mário Soares, se ofereceram para trabalhar por dentro do MUD e que a composição da sua direção, no verão de 1946, era favorável ao partido. Doravante o debate da legalidade será central na configuração dos movimentos «unitários».

A 28 de julho de 1946 nascia, no Centro Republicano José Estêvão, o MUD Juvenil que, ensaiado em múltiplas reuniões, mostraria grande vigor de recrutamento. Fossem os ativistas do MUDJ mil ou dez mil, as raparigas não deixaram de responder à chamada. Algumas foram poderosas líderes regionais e nacionais do Movimento, outras foram passageiras da sociabilidade política e cultural inovadora.

Estas jovens, filhas maioritariamente de republicanos<sup>13</sup>, identificavam-se, ou eram identificadas, como «fora da religião», ou seja, da alçada da Igreja católica. Os exemplos sucedem-se: Maria Cecília Ramos de Almeida, Regina Ventura Duarte<sup>14</sup>, Ana Maria Vieira de Almeida, entre outras.

No pós-guerra, se as mulheres portuguesas não foram mobilizadas para o esforço de produção, nem alvo de campanhas pelo «regresso ao lar»<sup>15</sup> ou o acesso ao voto, como noutros países, também não ficaram imunes aos ventos de mudança.

Elas integravam uma geração mais escolarizada: «No final da década de 50, já há mais raparigas do que rapazes a estudarem nos liceus.»<sup>16</sup> Não se estranhará que algumas localizem no liceu a origem da sua formação política. Por outro, a partir de meados dos anos 40 havia uma geração de mulheres a acabar cursos superiores e que naturalizavam a igualdade de formação face aos rapazes<sup>17</sup>.

Ao acesso à escola e aos sonhos fugazes de democratização, crescia a desocultação do corpo e da rua: entre piqueniques, conversas de café e inscrições nas paredes, as raparigas partilhavam outros espaços. E o MUDJ respondeu com os acampamentos, a música, os bailes, o cancionero de Fernando Lopes Graça, enquanto o triunfo do modelo Dior desenhava os corpos e exigia a cintura de vespa.

Já na década de 50, Sacuntala de Miranda deu conta desta outra ocupação do espaço pelos corpos das mulheres: na Baixa «onde as elegantes meneavam as ancas e exibiam as suas cinturinhas de vespa e os seus *tailleurs* de corte requintado — tão diferentes do meu pobre guarda-roupa provinciano (...)»<sup>18</sup>, anotando o entusiasmo com que vestiu o seu primeiro *tailleur*. E também ela, desiludida com os excessos de segurança da clandestinidade do PCP, registou o que perdeu: «Acabaram as reuniões ao ar livre, as discussões animadas, as idas em grupo aos cineclubes, as conversas de café.»<sup>19</sup>

E se a poeira de mudanças não resistiu ao betume político e moral da ditadura, ou se a revisão do amor pouco acrescentou aos papéis de género no casamento, a mensagem do MUDJ era plural e sedutora: a esperança na democracia misturava-se com a democratização da cultura e do ensino, e também convocava o amor para a conjugalidade, feito parceiro da melhoria das condições de vida e de trabalho. Com efeito, a mensagem está repleta de apelos às melhores condições para a criação dos filhos e para a felicidade do acausalamento. E Álvaro Cunhal disse de conta: «(...) é necessário fazer do amor elemento integrante do casamento, do lar e da procriação. E isso significa criar as condições para que homem e mulher se casem e se reproduzam por amor e só por amor. Significa resolver problemas económicos, morais, sociais. Salários. Higiene. Renda de casa. Independência económica das mulheres. Paralelismo de sexos. Educação dos filhos assegurada.»<sup>20</sup> O amor precisava de casa e de comida.

Aliás, no que à capitalização política feminina respeita, as ocupações do PCP são conhecidas. O II Congresso ilegal aprofundou-as, Álvaro Cunhal foi consistente na sua defesa, reconhecendo mesmo que entre a mensagem e as práticas internas continuava a existir uma fronteira.

Mas a guerra mudara o eixo desta luta. Com ela foram-se os movimentos de mulheres da primeira vaga e o capital de memória destas lutas perdeu-se. A ditadura tratou de abafar este seu inimigo<sup>21</sup> e, para a investigação feminista, a oposição teve a sua quota-parte de responsabilidade.

Segundo Michelle Perrot, a primeira «vaga» feminista, herdeira das Luzes e centrada na defesa da igualdade de direitos entre os sexos, morre com a crise, os totalitarismos e a Segunda Guerra Mundial, enquanto a segunda «vaga» (1960-1980) se demarcou pela autonomia do sujeito-mulher, com intensa expressão nos movimentos de libertação<sup>22</sup>, não esquecendo o marco que constituiu a obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir.

Helena Neves, Vanda Gorjão e Manuela Tavares deram conta da dupla asfixia da autonomia e da especificidade das reivindicações das mulheres: pelo peso da ditadura e pelo contributo das formas de organização da oposição, no pós-guerra. Para os comunistas, as «feministas burguesas», ao individualizarem os problemas das mulheres, amorteciam a centralidade da luta de classes, pelo que eles se encarregaram de corrigir o rumo<sup>23</sup>. A «naturalização» das mulheres e o «familiarismo»<sup>24</sup>, como base ideológica da esquerda do pós-guerra, permitiram à oposição conviver sem conflito com a valorização de papéis tradicionais das mulheres, do cuidado da família à qualidade da conjugalidade, subordinada que estava a sua demanda à prioridade da luta de classes.

Os anos 50-60 dão-lhes escassa visibilidade e peso nos bastidores<sup>25</sup>, e a década de 60 foi decisiva no recuo das organizações de mulheres<sup>26</sup>. Também por isso conta perceber as razões que levaram as raparigas para as reuniões e para a rua, na luta contra o regime, e que espaço tiveram em contexto misto.

Manuela Tavares sublinhou a componente conservadora da oposição ao regime na revisão do papel das mulheres dentro da família e na própria luta<sup>27</sup>. Há mulheres que falam hoje desse machismo pouco envergonhado, da casa e das panelas como destino. E um partido na clandestinidade precisava de acasalamentos eficazes<sup>28</sup>.

Não se ignora, ainda, que as mulheres que resistiam enfrentavam uma ditadura que as acusava de querer destruir a família<sup>29</sup>.

Neste quadro, não se pretende discutir teses sobre as «vagas» feministas e os seus reflexos. Os condicionalismos deste período estão bastamente identificados. Localizada a convocatória das mulheres para a luta «global», em detrimento da luta autónoma e das causas específicas que enformam as grandes «vagas» feministas, identificam-se percursos, mensagens, representações, e vozes que falaram em nome dos problemas das mulheres. Sublinha-se o esforço da convocatória e as suas dimensões, tentando perceber o que elas ganharam e perderam com ele.

Em 1950, *O Militante* desafiava com a franqueza de uma publicação destinada à organização, «Intensifiquemos o trabalho feminino», verificando-se que: «Uma das fraquezas do nosso partido continua a ser o trabalho entre as mulheres, a sua mobilização para as lutas reivindicativas e o recrutamento de novas aderentes e simpatizantes. Embora tenha melhorado nalguns aspetos, o trabalho deste sector continua a ter a sua principal deficiência na pouca importância que os nossos camaradas, mesmo os mais responsáveis, dão a este sector do trabalho partidário.»<sup>30</sup>

Ora no quadro da necessidade de criar uma «ampla frente nacional» para combater os perigos de uma nova guerra, era necessário despende mais energia na mobilização de mulheres. E invocava-se junto delas o sucesso da campanha para as presidenciais e a capacidade de sedução e envolvimento, bem como as condições favoráveis à intervenção: na esfera económica, com a exploração das mulheres; na esfera política, com a necessidade de as envolver na defesa dos direitos políticos, do direito ao voto e da luta contra a iminência de uma nova guerra.

A propaganda do MUDJ está toda ela marcada pela luta tática da «legalidade», que enformou o Movimento — o MUDJ era «legal», não havia tribunal ou polícia que o pudesse liquidar. Na década de 50, adensada a mensagem ideológica, a luta pela paz e as campanhas de assinaturas ganham centralidade.

Os panfletos, quase sempre adornados por desenhos neorrealistas, eram acompanhados pela inscrição da mensagem política nas ruas — a «imprensa mural», «tipografias» do povo português, sobretudo dos jovens democratas, que preferiam o nitrato de prata, invisível até à revelação do sol, e que obrigava o censor a picar as paredes para limpar as mensagens<sup>31</sup>.

A propaganda do MUDJ surgia assim, na década de 50, centrada no compromisso pela paz e pela democracia, ao mesmo tempo que a juvenilização da mensagem se concentrava na ideia de um projeto de felicidade, individual e coletivo.

Duas notas sobre linguagem e prostituição, com presença mais intensa na propaganda da década de 50: com frequência, desaparece o «universal masculino» e há «rapazes e raparigas», «amigas e amigos», «operários e operárias»; condenada a prostituição, a ideia de lar feliz e de filhos saudáveis surge como seu antídoto.

A centralidade da reivindicação de melhores condições de vida associadas ao amor conjugal, se não se desviava da família e do papel das mulheres no seu interior, desafiava o sistema nos direitos do trabalho, no direito à educação, no direito à felicidade dentro da família, e nessa perspectiva apostava num projeto de realização pessoal, que era global e coletivo.

Lar feliz, filhos felizes, gerados pelo amor e criados em condições, com pais e mães com salários dignos, que deveriam ter estudado e praticado desporto, tudo isto defendido por rapazes e raparigas que se juntavam em piqueniques ou nas escolas, declamavam poesia subversiva e se esforçavam por formar associações estudantis, era muito mais do que a ditadura suportava. Rapazes e raparigas que acasalavam e formavam redes de amizade dentro do MUDJ, habilidade de um recrutamento político para além da política e feito de outras dimensões apetecidas da vida, como o convívio misto, com a diversidade de propostas lúdicas e culturais.

E outros sinais se relevam destinados às mulheres, como a denúncia das condições das mulheres trabalhadoras, a falta de condições básicas para criarem os seus filhos e a denúncia persistente da prostituição, contra a qual se erigia o antídoto de um casamento montado nos afetos e nas condições materiais. A condenação da prostituição é matricial e convive com a procura de felicidade, dignidade e lar feliz, ou seja, com os grandes valores: Justiça, Liberdade, Democracia, amor à Paz.

Este é o fundo dos valores políticos do Movimento ao qual se alia um projeto de felicidade individual/coletiva — salário digno, lar

feliz, filhos saudáveis, tudo concorrendo para uma vida «mais alegre e mais feliz» no peito de todos os jovens. O otimismo rega a propaganda, na procura da «felicidade» e da «alegria».

Otimismo da mensagem e visibilidade das raparigas. Mas quando elas se tornaram esposas de quadros promissores ou de funcionários, a sombra apanhou-as, por vezes à revelia da sua vontade<sup>32</sup>. Ana Barradas refere-se à passagem do cônjuge feminino à clandestinidade como um ato de vontade, mas os testemunhos das irmãs Ferreira Alves desmentem esta ideia de uma decisão informada: Maria Fernanda nem sabia que ia para a clandestinidade; Maria Cecília, que desmente ter tido este estatuto na saída com Pedro Ramos de Almeida para o Porto, esclarece que foi impedida de frequentar Belas-Artes. Dois casos em que as jovens ativistas do MUDJ, com um percurso autónomo, submergiram na «domesticidade» das exigências de acasalamento com quadros do partido.

Apesar disso, a memória destas mulheres sobre o MUDJ preserva, em diversos casos, vários argumentos: a esperança e o otimismo na abertura do Movimento, a distância face ao PCP e aos seus ícones.

Ainda em 1952, o PCP lançava o desafio e criticava os camaradas: só havia mobilização de massas com mobilização das mulheres e os «camaradas» não percebiam, «por causa do seu baixo nível ideológico», o papel das mulheres «na luta pela emancipação do povo trabalhador». Lenine dissera: «Esquecendo as mulheres, é impossível interessar as massas pela política.»<sup>33</sup> O apelo definia, reconheça-se, o papel das mulheres como camaradas na mesma luta, do qual falará Margarida Tengarrinha.

E a partir desta fase do MUDJ, há mais raparigas ativas. A título de exemplo, em 1953, seis jovens de Letras, entre elas Sacuntala de Miranda, foram à primeira reunião do Movimento Nacional para a Defesa da Paz; pouco tempo depois, e porque «na Faculdade de Letras, o MUD Juvenil entrava numa curta era de inusitado brilho», quatro jovens «noviças» entraram<sup>34</sup>.



À influência do PCP se deverá o recrutamento e organização de mulheres de todos os sectores sociais e culturais. Em 1946 organizam-se grupos de mulheres por atividade profissional. A Alda Nogueira e Maria Lamas se deve a reativação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que chegou a ter duas mil sócias e foi encerrado pela PIDE em 1947<sup>35</sup>. Maria Lamas foi determinante neste curto período de reativação, sendo visível a intercomunicabilidade entre o Conselho e a Associação Feminina Portuguesa para a Paz<sup>36</sup>, que, extinta em 52, não extinguiu a sua atividade<sup>37</sup>.

Apesar dos golpes fatais da ditadura nas duas organizações de mulheres, cabe sublinhar que este investimento no recrutamento de jovens tinha o espaldar da geração anterior de mulheres organizadas: Maria Lamas, à frente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Isabel Aboim Inglez e Maria Machado, na fundação da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, as pintoras Maria Keil e Maria Clementina Carneiro de Moura, de Virgínia de Moura a Cândida Ventura, entre outras, reconhecida a forte influência do PCP, entre simpatizantes e membros<sup>38</sup>. Várias destas mulheres asseguraram continuidade entre organizações oposicionistas — estarão no MUD ou no MDN, além do papel atribuído à organização no movimento pela paz na sua configuração nos inícios da década de 50<sup>39</sup>.

Em setembro de 1945, alterava-se o código eleitoral que assumia a pluralidade das listas para a Assembleia Nacional. Em outubro, nascia o Movimento de Unidade Democrática com mais de cinquenta mil assinaturas no primeiro mês. As «pioneiras» estavam entre as assinantes para a constituição do Movimento: Maria Lamas, Isabel Aboim Inglez, Virgínia Moura, entre tantas outras. O MUD tinha comissões profissionais e uma comissão de mulheres cujo programa, «As mulheres e o movimento de oposição», foi publicado no *Diário de Lisboa* em 30 de outubro de 1945. Mas em órgãos de direção o lugar delas foi residual: Maria Isabel Aboim Inglez integrou a terceira e última Comissão Central do MUD. Virgínia de Moura era a única a integrar a comissão executiva do Porto. Maria Fernanda Silva integrou a Comissão Central do MUDJ por, com Mário Soares, Salgado Zenha e Octávio Pato, entre outros, fazer parte dos que

ensaiavam organizar um novo coletivo juvenil e para isso tinham orientações<sup>40</sup>.

Em 1949, no rescaldo da campanha de Norton de Matos e da violenta repressão, forma-se o Movimento Nacional Democrático. Sem responder ao modelo aberto e às expectativas da união da oposição, Virgínia Moura participou na sua Comissão Central ao lado de Ruy Gomes e Maria Lamas, por Lisboa. Deste movimento surgiu o Movimento Nacional Democrático Feminino. Cesina Bermudes e Maria das Dores Cabrita por Lisboa e Antónia Farracha no Algarve foram as principais dinamizadoras, tendo a segunda sido oradora na campanha de Ruy Gomes.

Sublinhe-se que as campanhas presidenciais constituíram momentos fortes quer de visibilidade acrescida para elas, quer de exposição da mensagem sobre as suas lutas. As palestrantes na campanha de Norton de Matos assustaram, com razão, o regime.

Se Maria Isabel foi a única mulher na Comissão Central da candidatura de Norton de Matos, as intervenções de Cesina Bermudes, entre outras, apontam a centralidade das reivindicações da Comissão Feminina: abolição do regulamento da prostituição, igualdade jurídica, sufrágio universal, assistência social<sup>41</sup>.

Entretanto, a palestra de Maria Palmira Tito de Morais<sup>42</sup> seria justamente polémica pela radicalidade da mensagem: dirigindo-se aos «portugueses e portuguesas», é cortante na denúncia da visão do fascismo sobre as mulheres, nas corruptelas do *topos* hitleriano<sup>43</sup>. A crítica à falta de independência económica das mulheres e à inferiorização das mulheres não casadas acaba no retrato da dupla escravização das mulheres: **escravas de homens escravos**<sup>44</sup>.

Como palestrantes da campanha de Norton de Matos, na sessão promovida pela Comissão Feminina de apoio, em 28 de janeiro de 1949, Maria Isabel e Maria Lamas foram-no em nome das «mulheres democratas».

Maria Isabel dirigiu-se-lhes do ângulo otimista: «Quando em 1945, no manifesto de adesão ao Movimento de Unidade Democrática, que algumas senhoras comigo assinaram, convidava as mulheres democráticas a tomarem parte na luta pela Democracia em Portugal, eu sabia que viriam a ser muitas e que em breve a consciência democrática feminina se manifestaria largamente em público, como já

hoje acontece.»<sup>45</sup> E o primeiro argumento mobilizador era o da necessidade de um país que proporcionasse aos «nossos filhos o ambiente de moral e de cultura» necessário. Ela apelará ainda à resistência ao insulto e à humilhação, dando nota dos telefonemas anônimos, sem saber ainda a violência que a esperaria, quando o entusiasmo pela campanha de Norton de Matos a inspirava como «uma campanha a que presidem a Razão e a moral política, pois é a campanha da Democracia contra o fascismo»<sup>46</sup>.

Maria Lamas falou do medo do Estado Novo em relação às mulheres: «A operária e a mulher da classe média são, dentre a população feminina portuguesa, consideradas pelo Estado Novo um perigo imediato, que ameaça velhos e deprimentes preconceitos, falsas educações, teorias hipócritas e processos intolerantes que ainda deformam, lamentavelmente, a mentalidade de tantos portugueses e portuguesas. Basta a lei eleitoral, que exclui do sufrágio a grande massa das trabalhadoras e domésticas, especialmente as casadas, para provar que o governo não protege, antes deprime e pretende desvalorizar essas mulheres. Será que o Estado Novo tem medo da consciência esclarecida da mulher?»<sup>47</sup>